

## **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO I**

Lizandra Maria de Castro Fernandes  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN  
E-mail: [lizandraacastro@hotmail.com](mailto:lizandraacastro@hotmail.com)

Letícia Bezerra França  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN  
E-mail: [leticiafranca\\_pedagogia@outlook.com](mailto:leticiafranca_pedagogia@outlook.com)

Elenice Pereira Alves  
Universidade da Criança- UNICRI  
E-mail: [elenicealves13@hotmail.com](mailto:elenicealves13@hotmail.com)  
Francicleide Cesário de Oliveira Fontes  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN  
E-mail: [fran.cesario@hotmail.com](mailto:fran.cesario@hotmail.com)

### **RESUMO:**

O presente trabalho discute acerca das práticas pedagógicas de alfabetização e letramento na Educação Infantil que surgiu a partir de algumas situações observadas no período de observação e de regência do Estágio Supervisionado I, realizado na Creche Municipal Maria do Socorro Queiroz Lima, do Município de Pau dos Ferros/RN. O trabalho tem como objetivo refletir sobre o processo de aprendizagem na Educação Infantil atrelado a atividades de leitura e escrita, bem como contribuir de forma significativa para uma melhor prática reflexiva e pedagógica dos profissionais envolvidos nessa área de ensino. Assim, proporciona repensar a prática educativa enquanto professoras em formação, na qual, salientando a importância de garantir que as crianças vivenciem situações diversificadas de contato com a escrita, nessa faixa etária, entrelaçando com a ludicidade, e constituindo-se como atividade central do cotidiano infantil. Além disso, as discussões sobre a temática, nos possibilitaram compreender e refletir sobre a relevância de atividades pedagógicas de caráter alfabetizadora, que podem e devem ser iniciadas desde a Educação Infantil, não de maneira menos sistemática, mas com intencionalidade e planejamento, viabilizando aprendizagens sobre escrita e leitura nos primeiros anos da vida escolar dos alunos. Em síntese, os resultados mostram que na Educação Infantil é possível e necessário motivar as crianças, para que se desenvolvam de maneira integral, tendo contato com a escrita sistematizada desde cedo, de forma que possam se expressarem, e que possam também, atribuir significado para o aprendizado, entendendo suas ações e produzindo conhecimentos, a partir da leitura e escrita nessa fase.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estágio. Educação Infantil. Alfabetização.

### **INTRODUÇÃO**

Na sociedade contemporânea, em seus diversos contextos, apresenta várias práticas de leitura e escrita, atrelada na sua importância como um patrimônio cultural que deve ser considerada e disponível a todos os indivíduos. E, a criança por ser parte integrante dela, a partir da sua participação nas diversas situações cotidianas, recebe informações sobre a função social da escrita, e com isso espera-se que a compreenda que esta é necessária e indispensável na sociedade letrada.

Isso implica dizer que as propostas pedagógicas devem adotar atividades que levem em consideração essas diversas práticas cotidianas dos educandos, bem como valorizem o seu desenvolvimento cognitivo, cultural e social, privilegiando a utilização de elementos que façam sentido a sua realidade e que esteja em íntima relação a sua experiência de vida, estimulando o início de uma formação de atitudes mais críticas de compreensão da realidade.

Porém, sabe-se que nem todas essas situações cotidianas são levadas em consideração pela escola. Assim, torna-se imprescindível traçar discussões sobre as práticas pedagógicas de contextos de alfabetização e letramento desde a educação infantil. Dessa maneira, propomos uma discussão sobre as práticas pedagógicas na perspectiva de alfabetizar letrando, discutindo sobre as dificuldades encontradas nas propostas metodológicas para o desenvolvimento da aprendizagem e da importância das práticas alfabetizadoras na educação infantil, oportunizando uma ampliação do contato das crianças com o mundo da escrita e sua valorização em determinadas situações do cotidiano pedagógico escolar.

Desse modo, a presente discussão surgiu a partir de algumas situações observadas no período de observação e de regência do Estágio Supervisionado I, realizado na Creche Municipal Maria do Socorro Queiroz Lima, do Município de Pau dos Ferros/RN, possibilitada pela disciplina curricular Estágio Supervisionado I do curso de Pedagogia pelo Campus Avançado Professora Maria Elisa de Albuquerque Maia- UERN/CAMEAM, Pau dos Ferros/RN.

O texto que se segue está dividido em duas partes: a primeira irá trazer uma breve contextualização teórica relacionada à leitura e a escrita na educação infantil em uma perspectiva de alfabetizar letrando, e a segunda enfatizará uma reflexão a partir da experiência do estágio das referidas discentes. Assim, discutiremos a respeito da necessidade de um profissional preparado e de metodologias que levem em consideração o contexto de vida das crianças, suas escritas espontâneas, bem como, seu direito de aprender de forma lúdica e prazerosa para efetivação de uma prática pedagógica, e de um trabalho didático satisfatório na aprendizagem e desenvolvimento da linguagem escrita, ou seja, que desde cedo as práticas integrem a alfabetização e o letramento, questão que foi observada durante o estágio.

Os aspectos metodológicos fundamentam-se na abordagem qualitativa com pesquisa teórico-bibliográfica e de campo. Para a pesquisa teórico bibliográfica, fundamentamo-nos em autores como (FERREIRO,1993,2001); Oliveira (2007); Pereira (2015); (BRANDÃO; ROSA, 2011), dentre outros, que estudam e refletem sobre a alfabetização em diversos contextos sociais, inclusive na Educação Infantil.

Para a pesquisa de campo, utilizamos como técnica de construção dos dados do *corpus* a observação direta e relato de experiência sobre a prática pedagógica de estagiárias em uma sala de aula da Educação Infantil, durante o Estágio Supervisionado I.

Portanto, espera-se que este trabalho possibilite uma reflexão acerca do processo de aprendizagem na educação infantil, e que possa contribuir de forma significativa para a prática reflexiva e pedagógica dos profissionais envolvidos nessa área de ensino, fazendo-nos repensar a prática educativa, tão decisiva no exercício político do aprendizado inicial, já que é nesse momento singular, os primeiros contatos com a escola, que as crianças estão construindo sua percepção de mundo, estão agindo sobre os conhecimentos e construindo outros, e a escola tem papel fundamental nesse processo.

## **LER E ESCREVER NA EDUCAÇÃO INFANTIL: NOS CAMINHOS DA PESQUISA**

Refletir sobre o papel da Educação Infantil na ampliação do contato com o mundo da escrita, se torna indispensável, pois desde cedo as crianças já estão incluídas nas diversas práticas de linguagem oral e escrita, pois assim como afirma Pereira (2015) baseada nas concepções de Ferreiro (2001) a criança é oralista desde os seus primeiros contatos familiares, o que implica dizer que desde o seu nascimento ela estabelece interações com pessoas alfabetizadas. Isso significa dizer que, “[...] o desenvolvimento da leitura e da escrita começa muito antes da escolarização. [...]” (FERREIRO, 2001, p. 64).

Sabe-se que durante muitos séculos a educação das crianças menores que sete anos era tarefa das mães e de outras mulheres, ou seja, de responsabilidade da família, sendo, portanto, logo após o desmame considerada como um adulto em miniatura – pequeno adulto- e quando passava do período de dependência, era inserida no meio dos adultos para ajudar nas atividades cotidianas e assim aprender as necessidades básicas de integração no meio social adulto (ARIÉS, 1981).

Consequente, a Educação Infantil começou a ser pensada com o avanço das descobertas científicas, como também em meio ao tecnicismo decorrente da expansão comercial, que geraram exigências e condições para a formulação de um novo pensamento pedagógico. Passou-se a admitir a ideia que a criança era diferente do adulto não só fisicamente e começou-se a considerá-la como não preparada para a vida. (FONTANA & CRUZ, 1997)

Dessa forma, a criança passa a ser vista como o centro do interesse educativo dos adultos. Começou a ser vista como sujeito de necessidades e objetivos, de expectativas e cuidados, situada

em um período de preparação para o mundo dos adultos, o que tomava a escola (pelo menos para os que podiam frequentá-la) um instrumento fundamental. (OLIVEIRA 2007)

Entretanto, nem todas as crianças tinham acesso a essa escola que representava o meio essencial para a introdução na sociedade, pois a escola que a criança pobre frequentava não tinha os mesmos objetivos das crianças filhos dos que faziam parte da elite. Os pobres recebiam apenas cuidados físicos de saúde e nutrição para remediar as deficiências provenientes da classe social a qual pertenciam, enquanto as da classe mais afortunada além desses cuidados, tinham o direito a uma educação com objetivos de desenvolvimento social e intelectual.

Em relação ao processo de alfabetização, no Brasil, até os anos 1960 do século XX, predominava o discurso da “maturidade para a alfabetização”. Isso queria dizer que a aprendizagem da leitura e da escrita resultaria de um “amadurecimento” de certas habilidades, de modo que “o ensino” estaria condicionado a esse “desabrochar natural” que supostamente, deveria ocorrer em torno dos 6 seis ou sete anos. Acreditava-se, ainda, que a criança não teria qualquer interesse em ler e escrever nessa idade e que tentativas de alfabetizá-la antes disso eram vistas como prejudiciais ao seu desenvolvimento, já que crianças não teriam uma prontidão para essa aprendizagem. (BRANDÃO E ROSA, 2011, p.14)

Dessa forma, com base nesses princípios acreditava-se que o contato direto com a leitura e a escrita precisava ser evitado no trabalho na Educação Infantil, deveria levar em consideração os “pré-requisitos” para aprender a ler e escrever, tais como os desenvolvimentos da memória visual e auditiva, a coordenação motora, orientação espacial, articulação adequada de palavras, certo grau de atenção e concentração, boa alimentação, entre outros. (BRANDÃO E ROSA, 2001, p. 15).

Observa-se que tais concepções teve um grande impacto na orientação de políticas públicas para o atendimento a crianças em pré-escolas, bem como nas atividades realizadas em salas de aula da Educação Infantil. Nesse sentido, Vigotsky (1984), salienta que bem antes dos seis anos as crianças eram capazes de descobrir a função simbólica da escrita, e que o problema maior não era a idade em que a criança seria alfabetizada, mas sim o fato da escrita ser “ensinada como uma habilidade motora, e não como uma atividade cultural complexa” (VIGOTSKY, 1984, p.133). Para o autor, a escrita precisaria ser ensinada como algo relevante para a vida, pois somente assim se desenvolveria não como “hábito de mãos e dedos, mas como uma forma nova e complexa de linguagem” (p.133)

Com a implementação da lei 9.394/96) que integra a Educação Infantil à Educação básica, passou-se a exigir um aprofundamento mais amplo sobre o ensino infantil, que antes era visto

apenas a partir do caráter assistencialista, passando hoje a atender uma dimensão mais ampla, procurando aproximar culturas, linguagens, cognição e afeto, elementos que constituem o desenvolvimento da criança enquanto ser humano com particularidades específicas. (OLIVEIRA, 2007)

De acordo com os estudos de Fontana & Cuz (1997), a criança já nasce em um mundo repleto de signos e símbolos em que o universo da linguagem se faz presente desde seus primeiros momentos de vida, mediados pelos membros de seu grupo social, já que ela está inserida em um sistema de significações sociais. Isso significa dizer que a criança desde a tenra idade, já possui capacidades e possibilidades de apropriação de conhecimentos, e estas se fazem presentes através das interações sociais. A criança é assim, um ser social que desde o nascimento estabelece relações sociais interagindo de diferentes maneiras em seu ambiente físico e com as pessoas com quem convive, e que por isso, tem necessidades, interesses, motivos e modos de pensar e de agir singular.

No entanto, na sociedade letrada nem sempre, a criança é compreendida como um ser social. Ainda observamos visões e práticas tradicionalistas. Na visão de Aroeira (1996) uma das mais sérias consequências políticas da aplicação de concepções empiristas na escola, tem sido a formação de sujeitos entendidos como incapazes de analisar e refletir diante dos conhecimentos, dos fatos, e da sociedade, sujeitos conformados diante de qualquer desigualdade ou imposição social. Outro aspecto preocupante é que o ensino torna-se quase sempre, cansativo, desestimulador, rotineiro, descontextualizado, isto é, desligado da realidade social, o que pode resultar em massificação, anulação do pensamento divergente e da criatividade.

Na maioria das vezes, a escrita inicial da criança é ignorada por professores empiristas, que corresponde não como escrita real, ou seja, a escrita feita pela criança como ela pensa e acredita que seja determinada palavra, letra, da sua maneira particular, que revela o seu pensamento, e por ser diferente do padrão ortográfico convencional, em que muitas vezes é vista como um erro, que passa despercebido como algo construtivo para a produção de novas aprendizagens, é apenas vista como rabiscos e mera tentativa de escrever que nada significam.

Nesse sentido, Ferreiro (2001), em sua abordagem sobre a aquisição da língua escrita, comenta que os educadores estão tão acostumados a considerar a aprendizagem da língua escrita um processo essencialmente escolar, que se torna difícil aceitar que as crianças já trazem uma gama de conhecimentos relativos à escrita para a escola. Sabe-se que estas, desde o nascimento, são construtoras de conhecimentos, pois procuram compreender o mundo que as rodeiam ao indagarem,

buscarem explicações para as suas respostas. Isso significa dizer que elas ao fazerem isso, estão construindo objeto de conhecimentos, e o sistema de escrita é um deles.

Portanto, é essencial valorizar as escritas espontâneas das crianças, suas marcas gráficas iniciais, rabiscos, formas, desenhos, uma vez que possibilitam a capacidade particular de registrar por escrito o que pensa, deseja, porque para ela isso representa o seu sistema de escrita, que têm significado, valor e construção, pois “quando uma criança escreve como tal acredita, ou deveria escrever certo conjunto de palavras, está nos oferecendo um documento valiosíssimo que necessita ser interpretado para poder ser avaliado” (FERREIRO, 2001, p.16). E isso só será possível se o professor permitir que ela faça suas produções espontâneas e a partir delas, valorize os aspectos construtivos que a criança elabora durante o processo de aquisição da língua escrita.

As crianças mesmo na educação infantil, desde cedo devem ser inseridas nesse universo da leitura e da escrita, e que nas práticas escolares sejam vistas como sujeitos aprendizes, que possuem capacidades de construir seu próprio conhecimento, tendo, portanto, a capacidade de pensar e refletir sobre suas produções iniciais.

Dessa forma, concordamos com Pereira (2015) quando afirma:

[...] devemos direcionar nosso olhar para o modo como temos alfabetizado nossas crianças, atentando para as especificidades inerentes ao processo de cada uma. Só assim, conseguiremos redimensionar nossa prática para uma alfabetização ampla, que contemplem os sujeitos em todas as suas dimensões (humana, técnica, política e social), ajudando a compreender o contexto em que vivem. (PEREIRA, 2015, p. 30, grifo da autora)

Segundo a autora, devemos entender que cada criança é singular, e que possui uma subjetividade que precisa ser respeitada dentro do processo de aprendizagem, que se caracteriza como complexo, contínuo e mutável, e que por isso, não termina nunca. Assim sendo, é necessário que os professores da Educação Infantil tornem-se de fato, professores também alfabetizadores, que compreendem o papel da escrita não de modo mecanicista, mas cheio de significado para as crianças.

## **DISCUTINDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO I**

Na Educação Infantil, é importante garantir que as crianças vivenciem situações diversificadas de contato com a escrita, aliada nessa faixa etária à brincadeira, constituindo-se como

atividade central do cotidiano infantil. Brincando, elas, podem, também, ingressar no mundo da escrita, sem se tornar um fardo, ou algo cansativo.

Dessa forma, as experiências vivenciadas no estágio são uma oportunidade para que os futuros professores possam vivenciar momentos para a construção de uma identidade profissional, bem como para refletir sobre o seu papel nas práticas pedagógicas para uma aprendizagem significativa.

Essas experiências, são oportunidades para os alunos do curso de formação de professores, terem um contato mais direto com as diversidades de práticas pedagógicas, de opiniões, de ações, de direitos e de tudo que rodeia existentes na escola, observando a necessidade de práticas que valorizem tudo isso, e inclusive o direito de aprender, o direito de pensar, refletir, questionar, brincar, interagir. Partindo desse princípio, iremos tecer uma discussão a respeito da nossa experiência de Estágio Supervisionado I, vivenciado na Creche Maria do Socorro Queiroz Lima, do município de Pau dos Ferros/RN.

De início, percebemos que o espaço da escola é bastante limitado, já que os ambientes que tem para serem utilizados não são adequados para as atividades serem realizadas, é tanto que o intervalo, que é um momento rico em interações com as outras crianças de outros níveis, bem como para a realização de brincadeiras, jogos, e os eventos da escola, não acontecem, e quando ocorrem, na maioria das vezes é adaptado para que essas atividades aconteçam. Apesar do espaço limitado, e da falta de investimentos, a equipe da escola se mostrou bastante receptiva, e comprometida com seu trabalho.

O período de regência aconteceu na Pré-escola I- Turma “B” Educação Infantil, com um público de alunos com 4 anos, estando matriculados 21 alunos. Durante o período da observação, percebemos que as práticas de leitura e escrita na perspectiva de alfabetizar letrando não estavam presentes na prática pedagógica da professora que é formada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN, com especialização em Educação Infantil pela UFRN, atua na educação há 17 anos com experiência em Educação Infantil e Gestão Escolar, uma vez que as atividades propostas pela mesma, eram prontas e acabadas, não eram desafiadoras, de modo que as crianças não questionavam, não refletiam, esperando a resposta da professora, para depois fazer a cópia, utilizando atividades xerografadas, e a exposição dos conteúdos não apresentavam consistência na abordagem das temáticas, nem práticas que atendessem as particularidades e necessidades dos educandos, uma vez que não fazia questionamentos, não levava os alunos a refletirem, fazendo a exposição do conteúdo pronto e acabado, não demonstrando as diversas

possibilidades que determinados conteúdos apresentam, além das atividades e práticas já mencionadas, não permitia as crianças de criar, ter autonomia para reconstruir o próprio conhecimento.

Tal evidência é comprovada, diante de uma das situações observadas no estágio, quando uma criança ao ser solicitada a escrever seu nome, não utilizou a ficha com seu nome, preferindo escrever sozinha, como acreditava que era seu nome. Ao concluir satisfeita por ter conseguido escrever sem o auxílio da ficha, foi mostrar a professora, aonde a mesma não considerou a escrita espontânea da criança, apontando um erro. É certo que realmente faltava letras na escrita do nome, no entanto a professora, apenas relatou que estava errado, não fazendo a mediação necessária para que a aluna compreendesse onde estava o erro e a possibilidade de corrigir, tanto que a aluna não apagou o nome. Isso nos remete a concepção da criança a respeito do sistema de escrita, pois quando começam a escrever, escrevem como tal acreditam, e atribuem significados de acordo com o mundo que o rodeia, formulando hipóteses acerca das funções e funcionamento da escrita.

De acordo com Ferreiro (2001, p. 44) “estamos em condições de afirmar que existe um processo de aquisição da linguagem escrita que precede e excede os limites escolares”, tendo em vista que algumas crianças chegam a descobrir os princípios fundamentais do sistema antes mesmo de adentrar nos bancos escolares, embora outras não tenha as mesmas condicionalidades.

Dessa forma, Fontes e Benevides (2013), acrescentam que, conhecer as letras e os sons do sistema de escrita alfabético é um pressuposto indispensável para o processo de aprendizagem, porém, é indispensável também buscar sentido, significado e compreender o que está escrito, contemplando, assim, as duas facetas da aprendizagem: alfabetização e letramento.

Para elas, bem como para Soares (2012), afirmam que os processos de alfabetizar e letrar são interligados, porém é importante reconhecer que há uma diferença entre os dois processos, entre o aprender o código e ter a habilidade de usá-lo. Sendo assim, alfabetizar trata-se de “[...] um processo de representação de fonemas em grafemas, e vice-versa, mas é também um processo de compreensão/expressão de significados por meio do código escrito [...]”. (SOARES, 2012, p. 16). Enquanto que o “[...] letrar tem a função de inserir, familiarizar a criança com as diversas práticas sociais de leitura [...], compreendendo quais as funções da língua escrita, para que serve, que utilidade tem para a vida [...]”. (FONTES, 2003, p. 11).

Em conformidade com as autoras, concordamos que alfabetizar e letrar são facetas que devem e precisam ser trabalhadas em conjunto, uma vez que é importante dominar o código escrito, e ao mesmo tempo compreender, refletir e fazer uso social da escrita nas mais diversas práticas

sociais. Assim, essas práticas, não devem ser exclusivamente aprofundadas e consolidadas no Ensino fundamental, mas desde o nascimento e início da vida estudantil dos educandos.

Por isso, mesmo a alfabetização não sendo prioridade na educação infantil, defendemos que desde a inserção das crianças nos contextos escolares, é preciso introduzir atividades de leitura e escrita, de modo que comungamos com Brandão; Rosa (2011, p. 20) ao afirmarem que “a alfabetização passa a ser entendida como um longo processo que começa bem antes do ano escolar que se espera que a criança seja alfabetizada”. Tal perspectiva se fará presente, a partir do momento que é oportunizado a vivenciar diferentes práticas para que iniciem o processo de apropriação do código escrito, e ao mesmo tempo, compreendam e façam uso da língua escrita em diversos contextos.

Nas palavras de Ferreiro (1993, p. 39):

[...] não é obrigatório dar aulas de alfabetização na pré- escola, porém, é possível dar múltiplas oportunidades para ver a professora ler e escrever; para explorar semelhanças e diferenças entre textos escritos; para explorar o espaço gráfico e distinguir entre desenho e escrita; para perguntar e ser respondido; para tentar copiar ou construir uma escrita; para manifestar sua curiosidade em compreender essas marcas estranhas que os adultos põem nos mais diversos objetos. (FERREIRO, 1993, p. 39)

Com isso, salientamos a importância de promover oportunidades e atividades de leitura e escrita na Educação Infantil, visando investigar o que as crianças pensam e sabem antes de serem alfabetizadas e os conhecimentos que ainda irão construir, considerando que na Educação Infantil, é preciso aproximar as crianças da leitura e da escrita, num contexto significativo para elas, nesse sentido utilizamos algumas estratégias de leitura e escrita no período de regência.

Ao sentirmos a necessidade de atividades alfabetizadoras, em que os alunos se sentissem motivados e desafiados como sujeitos aprendentes e construtores do próprio conhecimento, investimos em atividades que promovessem a compreensão do funcionamento do sistema de escrita alfabético e o desenvolvimento da consciência fonológica, como produção de listas de palavras escritas no caderno, escrita de palavras com alfabeto móvel, escrita espontânea do nome na lousa, leitura do alfabeto, dentre outras atividades que promovam aprendizagens sobre diferentes gêneros discursivos orais e escritos que circulam socialmente, atividades e jogos que estimularam a cooperação, a análise fonológica, visual de palavras com e sem representação com a escrita, como o jogo da memória, boliche dos animais, que apresentava sílabas, imagens, letras iniciais de palavras, objetos, e até mesmo atividades com rimas, fonemas, variadas contações de histórias com diversas

estratégias, músicas, vídeos, brincadeiras de roda, dinâmicas que dialogavam para como escrever palavras, e que cumpriam a função de despertar nas crianças consciência fonológica, curiosidade, participação, questionamento, coordenação visomotora, e o reconhecimento global da escrita e da leitura de certas letras e palavras.

Diante da realização destas atividades, enfrentamos grandes dificuldades na execução, uma vez que, as crianças não eram habituadas a realizá-las com frequência, por este motivo tinha resistência para concretizá-las de forma significativa, atentando para os objetivos que estavam previstos, aonde muitas vezes percebemos desaprovação das atividades, já que estavam acostumados a passar várias horas brincando por brincar sem uma mediação e intencionalidade pedagógica com a brincadeira, assim quando eram desafiados a realizarem as atividades, sentiam-se incapazes, e não acreditavam no seu potencial.

Já outras crianças evidenciavam interesse e participação na realização das propostas pedagógicas, interagindo ativamente das aulas, sentindo-se motivadas, curiosas, e que exploravam possibilidades e caminhos para resolver, criar e executar as atividades propostas, e, ao mesmo tempo aprendiam se divertindo, tendo em vista que o lúdico não estava segregado das atividades propostas.

Nessa direção, as práticas pedagógicas desenvolvidas no período da regência se acentuam como mecanismos para melhorar o aprendizado dessas crianças, contribuindo para a construção de novos conhecimentos as práticas pedagógicas tanto para as professoras em formação, quanto para a professora, voltando-se para trabalhos em que os educandos, a partir das mediações, concretizem com autonomia competências e habilidades, ou seja, buscando-os atuar como mediadores, interferindo positivamente no processo de aprendizagem que será levado adiante pelo aluno, mostrando caminhos, conduzindo-os a realizar tarefas que os fizessem refletir, analisar, e aprender com seus erros, bem como, possibilitar reflexões sobre a prática da professora alfabetizadora da sala de aula, pois, o aprender e ensinar são processos mútuos e coletivos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Assim, por tudo que foi investigado e analisado neste trabalho sobre as práticas de alfabetização e letramento na Educação Infantil, objetivamos refletir acerca do processo de aprendizagem na educação infantil como forma significativa para uma melhor prática reflexiva e

pedagógica dos profissionais envolvidos nessa área de ensino, fazendo-nos repensar a nossa prática educativa, enquanto profissionais em formação.

As discussões sobre a temática nos possibilitaram compreender e refletir sobre a relevância de atividades pedagógicas de caráter alfabetizador que podem e devem ser iniciadas desde a Educação Infantil, não de forma menos sistemática, mas com intencionalidade e planejamento, viabilizando aprendizagens sobre escrita e leitura nos primeiros anos da vida escolar dos alunos.

Dessa forma, enfatizamos que é preciso propiciar práticas de leitura e escrita que considere o aluno como sujeito que pensa, que constrói seu próprio conhecimento, não construindo julgamentos de que ela é incapaz por ser criança, e limitar o seu processo de aprendizagem. É essencial que desde a pré-escola, as crianças sejam vistas como sujeitos aprendizes, permitindo liberdade para experimentar os sinais escritos, aprendendo e inventando formas e combinações, ao invés de reproduzir.

Quanto às observações, ficou claro que é indispensável o professor efetivar práticas pedagógicas concretas, que valorizem o amadurecimento das habilidades das crianças, e que, nesse processo, despertem o interesse em aprender a ler e escrever, e ao aplicar essas atividades não terão nenhum constrangimento que possa prejudicar o seu desenvolvimento.

Dessa forma, a nossa pretensão é de salientar a importância de inserir práticas pedagógicas alfabetizadoras na Educação Infantil, como um espaço primogênito em que é possível criar condições adequadas para que nas séries seguintes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, as crianças não tenham tantas dificuldades e rejeição nesse processo.

No Estágio Supervisionado I, consideramos as atividades de leitura e escritas pertinentes para o desabrochar de educandos que ampliam suas experiências e inserem-se no mundo da escrita e da leitura, mesmo que ainda não saibam ler e escrever convencionalmente.

Em síntese, entendemos que na Educação Infantil é possível e necessário adotar práticas pedagógicas e didáticas que motivem as crianças para constituir-se sujeitos que a partir da mediação do professor sejam conduzidas a construir seus conhecimentos, proporcionando oportunidades que estejam fundamentadas não em atividades mecanizadas, com uso da repetição e memorização, mas atividades pautadas na perspectiva de inserir os educandos em momentos em que aprendem a ler, escrever e compreender o que vivenciam nos diversos contextos sociais, para que percebam-se como sujeitos aprendentes, aonde há muitas maneiras de se envolverem, se expressarem, e analisarem as várias informações, entendendo suas ações e produzindo conhecimentos, a partir da

leitura e escrita na Educação Infantil, fase tão importante no desenvolvimento nas diferentes dimensões: cognitiva, psicológico-afetiva, físico-motor, sociocultural das crianças.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Souza. **Ler e escrever na Educação Infantil:** discutindo práticas pedagógicas. 2. Ed.- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos PCNs. V. 1. Brasília: Mec/SEF. 1997

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização sem o ba-be-bi-bo-bu.** São Paulo: Scipione, 1998 (pensamento e ação no magistério )

COLELLO, Sílvia Mattos Gasparian. **Alfabetização e Letramento.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização.** 24 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_, Emília. **Com todas a letras.** São Paulo: Cortez, 1993.

FONTANA, R. A. & CRUZ, M. N. O. **Psicologia do Trabalho Pedagógico.** São Paulo: Atual, 1997.

FONTES, Francicleide Cesário de Oliveira; BENEVIDES, Araceli Sobreira. Alfabetização de crianças: dos métodos à alfabetização em uma perspectiva de letramento. Fórum Internacional de Pedagogia. V., Vitória da Conquista/BA. **Anais do V FIPEP.** Campina Grande/PB: Editora Realize, 2013

OLIVEIRA, Z. R. **Educação Infantil:** fundamentos e métodos. 3ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, E. A. **Atendimento individual como estratégia de trabalho para alfabetização de crianças nos anos iniciais.** 2015. 100f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Campus Avançado Professora Maria Elisa de Albuquerque Maia, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2015.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento.** ed. 6. São Paulo: Contexto, 2012.